

A LUTA AGORA É NO SENADO CONSERVADORISMO PODE SER VENCIDO POR PRESSÃO POPULAR



“Apesar do Senado ser conservador, a pressão popular poderá fazer com que sejam incluídas emendas para alteração do projeto. Há senadores que já demonstraram intenção de rever a reforma. O que nós tentaremos fazer é garantir os votos necessários para alterar essa cantilena enfadonha que é a proposta de reforma apresentada pelo governo.”

Senadora Heloísa Helena

Centenas de docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos da U n i c a m p

participaram do Ato que marcou a suspensão da greve de 21 dias na universidade, realizado na sexta-feira, dia 29 de agosto, no Auditório da ADunicamp (fotos neste Boletim).

A convidada especial, Senadora Heloísa Helena – cuja condição de professora da Universidade Federal de Alagoas e lutadora histórica e intransigente pelas causas da Educação e Saúde Públicas no Brasil foi enfatizada na apresentação feita pela presidente da ADunicamp – falou por cerca de 40 minutos e, pacientemente, ouviu inúmeras perguntas do auditório e as respondeu, dirigindo-se pessoalmente a cada um dos interlocutores.

A Senadora discursou contra a “reforma” da Previdência aprovada nos dois turnos na Câmara. Chamou a atenção para a falsidade dos argumentos utilizados para sua aprovação – em especial a mentira construída a respeito do déficit da Previdência, as fraudes e a corrupção ainda não enfrentadas pelo governo e o engodo que se construiu para o público nas afirmações de que a “reforma” contemplaria em seu bojo os 40 milhões de excluídos. Quem se deu o trabalho de ler o texto aprovado pergunta-se em qual artigo se deu tal inclusão! –.

A Senadora discorreu, ainda, sobre as dificuldades colocadas pelo conservadorismo tradicional do Senado Brasileiro a modificações no texto aprovado pela Câmara, desvelando a luta que teremos pela frente. Há espe-

rança, no entanto, se formos capazes de pressionar o Senado. As várias formas de luta (chuva de e-mails, debates, marchas) e a movimentação popular são importantíssimas, segundo a Senadora, porque o Senado certamente se deixará sensibilizar pela voz das ruas (ou dos futuros votos..).

O voto de Heloísa Helena contra a reforma está garantido: “Vou votar contra esta reforma e lutarei até o fim para incluir os cerca de 44 milhões de brasileiros que estão excluídos dos direitos previdenciários” afirmou a Senadora diante do auditório lotado.

Mas a nossa luta continua. Precisamos encontrar os meios para sensibilizar os senadores. Já convidamos os três Senadores por São Paulo para debater conosco ainda em setembro. Divulgaremos em breve.

É imprescindível que lutemos, pelo menos:

- □ para garantir a paridade e a não taxação de aposentados;
- □ para garantir regras de transição mais justas – como tratar como iguais quem tem anos de serviço público e recém ingressos? –;
- □ para garantir um subteto estadual que não fique dependendo de cargos políticos como o de governador e prefeito;
- □ para resolver o problema criado pela “reforma, ao propor aposentadoria “com o salário do último cargo” e não “com o último salário” – questão que atinge, principalmente, o livre-docente (MS-5), que não é “cargo” (o cargo seria o MS-3) e sim “função” –;
- □ para resolver como fica a situação de professores titulares que, submetendo-se a concurso podem ser considerados “ingressantes” na carreira.

José Dirceu afirma: próximo passo é a Refoma Universitária

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, no dia 2/9, o ministro (atenção: o da Casa Civil, não o da Educação!) afirmou que a próxima etapa é a reforma universitária. E mais não disse...

Nós, que já sabemos um pouco do que o Governo Federal pensa sobre professores universitários, cientistas, intelectuais, universidades (vide episódios do INCA e da Câmara Técnica de Medicamentos da ANVISA) podemos ir nos preparando para mais uma batalha.



Está disponível, para empréstimo aos docentes, o DVD do ato "Reforma da Previdência: a luta agora é no Senado", de 29/8/2003. Os interessados devem entrar em contato com a secretaria da Adunicamp.



Como vestir de esquerda uma tese de direita?

Marcio Luiz de Souza-Santos*

Certa vez um amigo me disse que achava absurdo o privilégio de que alguns pudessem cursar universidade gratuitamente. Afinal, ele pagou pelo seu curso e considerava mais igualitário e justo que todos pagassem. A cobrança de anuidades na universidade pública deveria ser uma tese da esquerda, dizia o amigo. Não adiantou tentar explicar que seria ótimo poder garantir educação universitária gratuita a todos, mas isso seria praticamente impossível em um país como o nosso. Nem mesmo os países mais ricos possuem tal sistema. O atual ao menos permite que uma fração de estudantes de classes não muito abastadas chegue ao nível universitário.

Obviamente, interessa ao grande negócio da educação que não haja mais educação gratuita, muito menos no nível universitário. Não é por acaso que se lê com frequência ataques ao ensino universitário público por parte de representantes financeiros ou ideológicos das classes mais abastadas. Não desejam subsidiar a educação de classes inferiores! Deve-se notar que esse movimento teve fantástico sucesso em destruir a qualidade do ensino de primeiro e segundo graus; agora só resta o do terceiro.

Assim, vemos como é possível uma tese de direita ser vestida de esquerda, desde que corretamente manipulada!

O mesmo se passa no debate sobre a reforma da previdência. Afinal, é um “privilégio” que uma parte da classe trabalhadora tenha a possibilidade de uma aposentadoria mais decente, não é mesmo? Não adianta explicar que:

a) Eliminar conquistas alcançadas por uma fração dos trabalhadores em nada melhorará a condição dos demais. O processo apenas igualará todos na mesma condição de exploração do capital em relação ao trabalho.

b) O atual sistema não foi criado da noite para o dia. Evoluiu, pois se necessitava assegurar que o serviço público atraísse profissionais mais competentes. Afinal, vários dos que hoje gritam a favor da famigerada reforma, utilizaram e utilizam o serviço público. Vários somente chegaram a ter curso universitário de qualidade em função desse serviço. O que ocorrerá daqui para frente? Vamos tomar o exemplo da universidade pública. Apesar de salários relativamente baixos (se comparados com os colegas da universidade privada), o profissional enxergava que o sacrifício em receber menos seria recompensado, pois não seria obrigado a fazer uma poupança extra. Essa seria feita ao decorrer da carreira. É como se pagasse pela aposentadoria durante toda a vida profissional. Com a mudança proposta, esse benefício acaba. Quem irá se sujeitar a baixos salários sem a recompensa de melhor aposentadoria? De fato, os salários continuarão baixos e os valores a receber durante as aposentadorias ainda mais ridículos. Vejam que coincidência: os melhores profissionais irão para as universidades privadas.

c) Como mostram todos os estudos (ver por exemplo: “Reforma para quem e para que?”, por Ivan Valente, Folha de São Paulo, 18 de agosto, 2003) que na verdade o problema do chamado “rombo” da Previdência não existe, mas é sim um problema de fluxo de caixa. O valor a receber de inadimplentes chega a R\$ 153 bilhões, ou seja, quase três vezes o atual “déficit”. Algum poderia perguntar: como se chegou a essa situação? A resposta foi dada em vários artigos publicados que mostram: (1) Durante sucessivos mandatos, o fundo de pensão financiou vários projetos governamentais que sangraram a poupança feita a custa dos baixos salários e contribuições dos servidores; (2) O crime da inadimplência muito raramente foi punido e muito provavelmente continuará desse modo.

d) A lógica do “Estado Mínimo” faz parte do ideário do capital financeiro. O núcleo da estratégia do Neoliberalismo é o de manter os países em desenvolvimento sempre nesse estágio, ou seja, de subdesenvolvidos e portanto incapazes de competir de igual para igual como os mais industrializados. Vivemos para pagar juros, disse recentemente um grande economista nacional. Assim, quanto menor o gasto com o Estado, mais recursos restam para assegurar que tais pagamentos continuem se ser feitos “em dia”. Não é também por acaso que os representantes de partidos de direita (PPB, PFL, PL, PSDB, PTB, etc., incluindo a mais nova adição: PT) defendem a reforma da previdência. Seguem religiosamente o formulário do FMI. Interessante, que Rodger Doyle, citando o prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz (Columbia University) em artigo recentemente publicado no *Scientific American* (“Winners and Losers”, pg. 17, vol. 289, 1, 2003) — certamente insuspeito de tendências de esquerda — verificou que os países que mais sofreram na última década foram, precisamente, aqueles que seguiram o formulário do FMI. Por outro lado, os que melhor se saíram em termos de crescimento do PIB, foram aqueles que não abraçaram tal ideário. Será isso outra coincidência?

Assim, novamente verifica-se que o método de vestir uma tese de direita em roupa de esquerda funciona e engana a muitos; felizmente não todos!

Finalmente, a triste nota é a do PT; partido que tantos lutaram para construir e que uma vez no poder, passou a ter entre suas principais preocupações o ataque a conquistas trabalhistas! Para ser justo, existem realmente abusos, como por exemplo, elevadas pensões a descendentes de militares. Entretanto, numa posição pouco digna, foi essa a primeira concessão feita. Por que os atuais líderes não defendem com a mesma urgência e vigor a Reforma Agrária, o controle sobre os lucros extraordinários de bancos, a cobrança dos devedores junto ao INSS e um projeto mais nacional em relação ao grande capital especulador internacional? Essas, sim, seriam teses que manteriam os militantes no “barco do PT”.

*Marcio Luiz de Souza-Santos é professor associado da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp.